

ÍNDICE

Notas Prévias	III
Abreviaturas	VII

PARTE II

Capítulo I

NOÇÃO DE SOCIEDADE E FIGURAS AFINS

1. Sociedade enquanto acto jurídico e enquanto entidade	3
2. Os elementos ou notas essenciais da noção genérica de sociedade	5
2. 1. Sujeito ou agrupamento de sujeitos (sócios)	6
2. 2. Substrato patrimonial	7
2. 3. Objecto da sociedade	8
2. 4. Fim da sociedade	15
2. 5. Sujeição a perdas	22
2. 6. Síntese	23
3. Sociedade e empresa	23
4. Sociedade e figuras (mais ou menos) afins	26
4. 1. Cooperativas	26
4. 2. ACEs e AEIE	31
4. 3. Consórcios	36
4. 4. Associações em participação	38
5. Notas específicas da noção de sociedade comercial	41
6. Sociedades civis simples e sociedades civis de tipo comercial	44

Capítulo II

TIPOS DE SOCIEDADES COMERCIAIS

1. Para a compreensão da tipicidade societária	51
2. Caracterização geral dos tipos legais societários	52
2. 1. Responsabilidade dos sócios perante a sociedade e perante os credores sociais	53
2. 2. Estrutura organizatória	57
2. 3. Transmissão de participações sociais	61
2. 4. Número mínimo de sócios	64
2. 5. Capital social	66

3. Tipos doutrinários societários	67
4. Taxatividade dos tipos legais de sociedades	72
5. Apontamento histórico	75

Capítulo III

CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1. A constituição de sociedades como processo	85
2. Acto constituinte	94
2. 1. Espécies. Sujeitos	94
2. 2. Conteúdo	103
2. 3. Regime das relações societárias anteriores à celebração do contrato de sociedade	117
2. 4. Regime das relações internas depois da celebração do acto constituinte e antes do registo	121
2. 5. Regime das relações das sociedades com terceiros depois da celebração do acto constituinte e antes do registo	123
3. Registo do acto constituinte	133
3. 1. Aspectos da disciplina geral do registo	133
3. 2. Efeitos do registo	135
4. Publicação do acto constituinte	140
5. Interpretação e integração dos estatutos	142
6. Invalidades do acto constituinte	146
6. 1. Vícios do acto	146
6. 2. Vícios parciais e invalidade do acto	150
6. 3. Consequências da invalidade do acto	153
7. Acordos parassociais	156

Capítulo IV

DA PERSONALIDADE E CAPACIDADE DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

1. Aquisição da personalidade jurídica	161
2. Sentido e limites da personalidade jurídica das sociedades comerciais	163
2. 1. Questionando a importância da personalidade jurídica	163
2. 2. Desconsideração da personalidade colectiva (e da subjectividade jurídica)	176
2. 2. 1. Quadro geral	176
2. 2. 2. Casos de imputação	179

2. 2. 3. Casos de responsabilidade	180
2. 2. 4. Notas finais	187
3. Capacidade jurídica das sociedades	187
3. 1. Delimitação da capacidade pelo fim social	187
3. 2. O objecto social não limita a capacidade	193
3. 3. Liberalidades e garantias concedidas por sociedades a terceiros – o princípio da incapacidade e as excepções	198
4. Capacidade de exercício ou de agir das sociedades	207

Capítulo V

DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

1. Noções introdutórias	209
1. 1. Classificação dos direitos. Direitos especiais	209
1. 2. Obrigações	219
1. 3. Unidade da participação social	220
1. 4. Partes, quotas, acções	223
1. 5. Valores das participações	226
1. 6. Divisíveis as partes e quotas, indivisíveis as acções	227
1. 7. Unidade e pluralidade de participações	230
1. 8. Modalidades de acções	232
2. Principais direitos e obrigações em que se desdobram as participações sociais	236
2. 1. Direitos	236
2. 1. 1. Direito de quinhão nos lucros (remissão)	236
2. 1. 2. Direito de participar nas deliberações dos sócios	236
2. 1. 2. 1. Noção e formas de deliberação	236
2. 1. 2. 2. Participação plena nas deliberações. Direito de voto ..	242
2. 1. 2. 3. Participação limitada	250
2. 1. 2. 4. Representação voluntária de sócios	252
2. 1. 3. Direito à informação	254
2. 1. 3. 1. Informação e direitos à informação	254
2. 1. 3. 2. Administradores-sócios e direito à informação	264
2. 1. 3. 3. Recusa de informação. Utilização ilícita de informação	265
2. 1. 4. Direito à designação para os órgãos sociais de administração e de fiscalização	270
2. 2. Obrigações	271
2. 2. 1. Obrigação de entrada	271
2. 2. 1. 1. Entradas possíveis	271

2. 2. 1. 2. Avaliação de entradas. Aquisição de bens a accionistas	275
2. 2. 1. 3. Valor das entradas e valor das participações	278
2. 2. 1. 4. Tempo das entradas	279
2. 2. 1. 5. Meios para o cumprimento de entradas diferidas	285
2. 2. 2. Obrigação de quinhão nas perdas (remissão)	289
2. 2. 3. Dever de actuação compatível com o interesse social ou/e dever de lealdade	290
2. 2. 3. 1. Interesse social (interesses sociais)	291
2. 2. 3. 1. 1. Quadro geral	291
2. 2. 3. 1. 2. Inviabilidade de uma concepção unitária de interesse social	293
2. 2. 3. 1. 3. Interesse social e posição ou comportamento dos sócios	296
2. 2. 3. 1. 4. Interesse social e actuação dos administradores	298
2. 2. 3. 1. 5. Interesse social e "responsabilidade social das empresas"	310
2. 2. 3. 2. Dever de lealdade dos sócios	312
2. 2. 3. 2. 1. Noção, manifestações, fundamento	312
2. 2. 3. 2. 2. Dever de lealdade perante a sociedade e entre os sócios	318
2. 2. 3. 2. 3. Sanções	320
2. 2. 3. 2. 4. Dever do sócio único?	321
2. 2. 3. 2. 5. Abuso de minoria	322
2. 2. 4. Outras obrigações (eventuais)	328
2. 2. 4. 1. Obrigações de prestações acessórias	328
2. 2. 4. 2. Obrigações de prestações suplementares	333
2. 2. 4. 3. Suprimentos	336
2. 2. 4. 3. 1. Contrato de suprimento	336
2. 2. 4. 3. 2. Obrigação de suprimentos não fundada em contrato autónomo	342
2. 2. 4. 3. 3. Suprimentos e contratos reais "quoad constitutionem"	343
2. 2. 4. 3. 4. Tutela da sociedade e dos credores sociais externos	345
2. 2. 4. 3. 5. Aplicação da disciplina dos suprimentos à generalidade das sociedades	346
3. As participações sociais como objectos de direitos e de circulação	350
3. 1. As participações sociais objecto de direitos reais	350
3. 2. Transmissão das participações sociais	358

3. 2. 1. Transmissão de quotas	358
3. 2. 1. 1. Transmissão por morte	358
3. 2. 1. 2. Transmissão entre vivos	366
3. 2. 2. Transmissão de acções	374
3. 2. 2. 1. Antes da representação por registos em conta ou por títulos	374
3. 2. 2. 2. Transmissão das acções tituladas e escriturais	377
3. 2. 2. 3. Limitações estatutárias à transmissão de acções	381
3. 2. 3. Quotas e acções próprias	387
3. 2. 4. Venda de participações sociais e venda de empresas	400
3. 3. Direitos dos credores dos sócios relativamente às participações sociais	406
4. Amortização de participações sociais	408
4. 1. Amortização de quotas	408
4. 2. Amortização de acções	416
5. Exoneração de sócios	418
6. Exclusão de sócios	429

Capítulo VI

CAPITAL E PATRIMÓNIO SOCIAIS,
LUCROS, RESERVAS E PERDAS

1. Capital social (noções)	443
2. Património social (em confronto com o capital social)	445
3. Funções do capital social	447
3. 1. Financiamento da sociedade	447
3. 2. Ordenação	447
3. 3. Avaliação económico-financeira da sociedade	449
3. 4. Garantia para credores sociais	450
4. Lucros	454
4. 1. Lucro de balanço	455
4. 2. Lucro de exercício	455
4. 3. Lucro final ou de liquidação	456
4. 4. Direito dos sócios a quinhão nos lucros	456
4. 4. 1. Quadro geral	456
4. 4. 2. Distribuição de lucros de balanço	462
4. 4. 3. Distribuição de lucros de exercício	465
4. 4. 4. Distribuição do lucro final	473
4. 4. 5. Distribuição de lucros de balanço e de exercício com bens em espécie?	474

4. 4. 6. Adiantamentos sobre lucros	476
4. 4. 7. Transmissão de direito aos lucros e transmissão de participações sociais	479
5. Reservas	481
5. 1. Noção	481
5. 2. Reserva legal e reservas equiparadas	482
5. 3. Reservas estatutárias	483
5. 4. Reservas livres	484
5. 5. Reservas ocultas	484
6. Perdas	485
6. 1. Espécies	485
6. 2. Obrigação de quinhão nas perdas	486

Capítulo VII DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Secção I — Deliberações dos sócios

1. Preliminares	489
2. Deliberações ineficazes	490
2. 1. Em geral	490
2. 2. Acta, condição de eficácia das deliberações ?	494
3. Deliberações nulas	507
3. 1. Deliberações nulas por vícios de procedimento	508
3. 2. Deliberações nulas por vícios de conteúdo	518
3. 2. 1. Deliberações contrárias a preceitos legais imperativos	518
3. 2. 2. Deliberações ofensivas dos bons costumes	523
3. 2. 3. Deliberações “cujo conteúdo não esteja, por natureza, sujeito a deliberação dos sócios” (o enigma sem chave)	529
3. 2. 4. “Regime especial” das deliberações de aprovação do relatório de gestão e de documentos de prestação de contas	532
3. 3. Acção de declaração de nulidade	536
4. Deliberações anuláveis	542
4. 1. Deliberações ilegais	542
4. 1. 1. Vícios de procedimento	543
4. 1. 2. Vícios de conteúdo	552
4. 2. Deliberações anti-estatutárias	554
4. 3. Deliberações abusivas	555
4. 4. Acção anulatória	569

Secção II — Órgãos de administração e representação

1. Modos de designação dos administradores	580
2. Vinculação das sociedades	584
2. 1. Como actuam vinculativamente as sociedades (generalidades)	584
2. 2. Requisitos subjectivos	586
2. 2. 1. Indicação da qualidade de administrador	586
2. 2. 2. Órgãos de representação plurais	589
2. 2. 2. 1. Regras legais e derrogações	589
2. 2. 2. 2. Vigorando (supletiva ou estatutariamente) a conjunção, basta um administrador para a sociedade ficar vinculada?	599
2. 2. 2. 3. Exercício da representação conjunta (e da representação disjunta)	602
2. 3. Extensão dos poderes de vinculação	605
2. 3. 1. Limites legais	605
2. 3. 2. Limitações estatutárias	608
2. 3. 3. Limitações resultantes de deliberações dos sócios e de outros órgãos	610
2. 3. 4. Abusos do poder de vinculação	612
2. 4. Representação voluntária das sociedades	615
3. Causas extintivas da relação de administração	618
3. 1. Caducidade	618
3. 2. Renúncia	623
3. 3. Acordo revogatório	626
3. 4. Destituição	626
3. 4. 1. A regra da livre destituição	626
3. 4. 2. Noção de justa causa	631
3. 4. 3. Indemnização por destituição sem justa causa	637
3. 4. 4. Cláusula estatutária exigindo justa causa	643
3. 4. 5. Convenção determinando indemnização em qualquer circunstância	643
3. 4. 6. Destituição por deliberação e a convocatória	644
3. 4. 7. Deliberações de destituição abusivas?	646
3. 4. 8. Destituição judicial	649
3. 4. 9. Reelection de administradores destituídos com justa causa	651